

CONTABILIDADE AMBIENTAL: MÉTODO DE AUXÍLIO NA GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

Rafaela Rodrigues Ferreira¹
Carlos Vicente Berner²

RESUMO

A Contabilidade Ambiental tem como objeto de estudo o patrimônio ambiental das organizações, sua finalidade é controlar os processos e impactos ambientais, mensurar o uso de recursos naturais, minimizar os impactos ambientais causados por organizações e atender as exigências dos órgãos de fiscalização. O objetivo da pesquisa é averiguar o uso da Contabilidade Ambiental como forma de evidenciar as informações ambientais nos demonstrativos financeiros de uma empresa de distribuição de energia elétrica e contribuir com conhecimento contábil ambiental aos gestores nos processos de tomada de decisão. Mediante análise dos demonstrativos financeiros, foi possível verificar o nível de evidenciação contábil ambiental da empresa durante três exercícios sociais consecutivos. Assim, esta pesquisa mostra que apesar de um déficit nas evidenciações de fatos contábeis ambientais, a empresa desenvolve projetos que contribuem a gestão ambiental, além do fato de a Contabilidade Ambiental proporcionar às organizações informações que sejam usadas de suporte ao processo decisório.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Evidenciação. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The Environmental Accounting has as object of study the environmental heritage organizations, its purpose is to control the processes and environmental impacts, measure the use of natural resources, minimizing environmental impacts of organizations and meet the requirements of the supervisory bodies. The objective of the research is to investigate the use of environmental accounting as a way of highlighting the environmental information in the financial statements of an electricity distribution company, and contribute to environmental accounting knowledge to managers in decision-making processes. By analyzing the financial statements, it was possible to verify the level of environmental accounting disclosure the company for three consecutive fiscal years. So this research shows that despite a deficit in the disclosures of environmental accounting facts, the company develops projects that contribute to environmental management, in addition to the fact that environmental accounting provides the information organizations, which are used to support the decision-making process.

Keywords: Environmental Accounting; Disclosure; Sustainability.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente é um recurso utilizado por todos, devendo ser preservado e mantido em uma relação equilibrada entre os usuários e meio ambiente em si, com a finalidade de que este meio não sofra degradação ou qualquer outro gênero de prejuízo. A deterioração causada pelo ser humano torna o assunto como sendo alvo de discussão e implantação de medidas que proponham melhorias quanto à questão ambiental.

As organizações diariamente são alvos de cobranças por parte da sociedade com relação à preservação, conservação e proteção do meio ambiente. Tal cobrança se torna fator de visão positiva para organizações que acompanham e

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Católica do Tocantins – FACTO. Email: rafaellaepeto@hotmail.com

² Orientador, professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Católica do Tocantins – FACTO. Email: carlosvberner@hotmail.com

atendem às exigências decorrentes deste mercado consumidor e visão insatisfatória para aquelas que deixam de atender requisitos da área ambiental, comprometendo e tornando mais restrito o processo de tomada de decisão.

A contabilidade sendo uma ciência social, que tem como objeto de estudo o patrimônio de uma organização, se aprimora de acordo o surgimento de questões ambientais, abordando os mecanismos para diminuir os impactos ambientais causados pelas entidades, e se torna responsável pela propagação do resultado desses mecanismos aplicados às organizações. Dessa forma, a problemática deste artigo resume-se em de que forma a ciência contábil, auxilia a AES Eletropaulo S.A., no uso e compartilhamento de informações da gestão de recursos ambientais?

Os registros e evidenciações contábeis ambientais são instrumentos de avaliação e mensuração, ofertados pela ciência contábil para entidades que objetivam informar os resultados obtidos com aplicações feitas em investimentos de projetos e ações sustentáveis. Portadora de conhecimentos ambientais a contabilidade se torna responsável pela emissão de informações úteis e fieis em relação ao posicionamento ambiental da entidade, aos seus acionistas, parceiros, colaboradores e pessoas portadoras de interesse na atuação das entidades no que diz respeito ao meio ambiente, bem como os rendimentos alcançados por ela.

A sociedade vem demandando pela gestão sustentável por parte das empresas, o que torna as empresas, obrigadas a estabelecerem uma gestão voltada para a valorização de recursos naturais, assim a Contabilidade Ambiental é usada como meio de facilitar a aplicação e divulgação de informações econômicas.

Este artigo tem por objetivo geral, verificar a relação da contabilidade com a gestão ambiental de uma empresa de distribuição de energia elétrica, de forma a constatar o tratamento da empresa no que se refere a questões ambientais, divulgadas em seus relatórios contábeis. Os objetivos específicos da pesquisa são a certificação dos aspectos e atividades ambientais desenvolvidas nos últimos anos pela empresa estudada, observação de informações econômico-financeiras divulgadas, e por fim apresentação de concepções referentes à gestão sustentável.

A pesquisa é justificada pelo fato de ser uma temática em destaque nas grandes organizações, que vem se expandindo no intuito de reduzir os impactos ambientais negativos, e contribuir com entidades e gestores, que buscam conhecimento contábil suficientes a auxiliá-los na tomada de decisão. O trabalho aborda uma revisão bibliográfica a respeito da contabilidade e gestão ambiental, logo em seguida, apresenta-se a metodologia adotada, seguido de um estudo de caso que verifica os resultados ambientais da empresa AES Eletropaulo S.A. a partir de suas demonstrações financeiras.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Diante da conduta humana que vem sendo adotada para minimizar os impactos ambientais a contabilidade não estava preparada para registrar corretamente a relação econômico-financeira dessa atitude, se viu então, na necessidade de desenvolver um aperfeiçoamento que conduzisse as alterações provenientes da postura do homem em minimizar os danos ao meio ambiente. Tal especialização foi denominada Contabilidade Ambiental.

A Contabilidade Ambiental pode ser determinada, portanto, como a ênfase concedida pelo conhecimento aprofundado dos registros e das evidenciações das

empresas, com relação aos fatos que associam seu patrimônio ao meio ambiente. Diante de tal conceito, não se caracteriza a Contabilidade Ambiental como uma nova ciência ou como uma nova técnica. Segundo Ferreira (2007), a Contabilidade Ambiental é uma especialização da tradicional contabilidade, ou seja, um aglomerado de informações que descrevem adequadamente, em condutas econômicas, os fatos de uma entidade que alterem seu patrimônio.

Durante o ano de 1972, na Suécia, houve um encontro, que tinha como objetivo tratar de assuntos relacionados ao meio ambiente, a partir desse momento aconteceu a abertura de um leque de questões de organização do homem com o meio ambiente. Questões ambientais passaram, então, a ser pontos de ênfase na agenda do governo de tal maneira que iniciou-se a criação de normas objetivas para proteger espaços e recursos naturais até então desprovidos de proteção.

Na opinião de Carvalho (2009), a organização das Nações Unidas (ONU) é a grande responsável pela inserção da Contabilidade como instrução para o desenvolvimento sustentável. Segundo a autora, a ONU organizou, em 1992, no Rio de Janeiro, a II Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO/92, objetivando propor através da AGENDA 21, o desempenho de atividades práticas para o desenvolvimento sustentável do planeta durante o século XXI.

A partir desse momento, convicções políticas foram adotadas no sentido de direcionar ações práticas da sociedade, incluído governo, organizações e consumidores. Sustentavelmente, esse foi o meio adotado para incentivar as organizações públicas e empresariais, em geral, a adotar tais ações de forma permanente em sua administração.

Carvalho (2009) relata que, nos anos de 1996 e 1999, os países da Dinamarca e Noruega exigiram, consecutivamente, através da Lei das Contas Verdes e Lei de Contabilidade Norueguesa, que as empresas com atividades impactantes ao meio ambiente apresentassem relatórios ambientais que objetivassem conseguir informações das empresas a respeito do uso do ambiente externo. O “*International Accounting and Reporting Issues*” (IASC) desenvolvido e apoiado pelas Nações Unidas, em 1992, é um dos eventos, de grupos que buscam aperfeiçoar e responder aos questionamentos da ciência Contábil acerca do meio ambiente.

A NPA 11- Norma de Procedimentos de Auditoria 11, o Balanço Ecologia emitido pela IBRACON – Instituto Brasileiro de Contabilidade, em 1996, objetivou estabelecer os liames entre a Contabilidade e o meio ambiente, tendo em vista que, como as demais ciências, incumbe-lhe, também, participar dos esforços em favor da defesa e proteção do meio ambiente, contra a poluição e as agressões à vida humana e à natureza. Foi a partir de 2003, que alguns escritores começaram a tratar e a escrever na área acadêmica sobre o tema, abordando temáticas a respeito dos diversos ângulos da Contabilidade Ambiental como, por exemplo, a teoria, a metodologia, a evidenciação, gestão e demais pontos. (CARVALHO, 2009)

Em 2004, o Conselho Federal de Contabilidade editou a resolução (CFC) 1003 aprovando as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) T 15 – Informações Sobre Natureza Social e Ambiental. Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Tal norma trata-se de um sistema de evidências e dados de gênero social e ambiental fornecidos pelas empresas, extraídos ou não da Contabilidade. Ultimamente, as instituições de ensino vêm tratando dos problemas ambientais formando seres

humanos mais conscientes e contribuindo para o desenvolvimento da ciência ambiental. A contabilidade vem contribuindo com discussões sobre o tema no quesito que relaciona as entidades a esse meio.

2.2 PRINCÍPIOS AMBIENTAIS

Os Princípios da política nacional de meio ambiente, são normas usadas para orientação de conduta, na gestão e na contabilidade de empresas, sendo estes característicos e relativos à realidade brasileira. A Lei n. 6.938/81 promulgada em 31 de agosto de 1981 tem o intuito de se fazer cumprir a política nacional de meio ambiente, estabelecendo em seu art. 2º dez princípios ambientais:

I-Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II-Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III-Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV-Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V-Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI-Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII-Acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII-Recuperação de áreas degradadas; (Regulamento) IX-Proteção de áreas ameaçadas de degradação; X-Educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. (BRASIL, 1981)

Esses princípios tratam do que diz respeito à proteção e controle do meio ambiente. Portanto, abrangem restauração, educação ambiental, formas de proteção e preservação além de incentivos e planejamento governamental que certamente tem maior sucesso efetivo. Carvalho (2009) afirma que dentre os dez princípios, que conduzem às ações de proteção e preservação do meio ambiente, sendo eles correlacionados pelo art. 2º da Lei n. 6.938/81, estão ligados diretamente às empresas responsáveis pelo meio ambiente. Neste contexto são eles:

Princípio da Precaução: esse princípio presa pela cautela, e atua pela incerteza científica. Contabilmente está relacionado a uma análise de métodos e valores que possam sequencialmente ser tomados e aplicados em ativos, em criação de reservas, preparando a empresa para possíveis danos, e riscos até então desconhecido; Princípio do desenvolvimento sustentável: princípio que objetiva harmonizar economia, meio ambiente e a questão social. São Normas que determinam que as questões ambientais devam ser incluídas no planejamento econômico da organização no intuito de obter prevenção nos casos de investimentos realizados diminuindo as conseqüências negativas da atividade sobre o meio ambiente, e como reciclagem nos casos de redução de dejetos, que causam problemas com depósitos e poluentes; Princípio do poluidor-pagador: norma constitucional que presume que danos ambientais devem ser custeados pelo poluidor. Neste caso o órgão poluidor, deve incluir no custo operacional, o custo socioambiental, sendo estes incorridos durante um processo produtivo ou pelo uso incorreto de recursos naturais feitos pelo mercado, tal princípio visa evitar a ocorrência do dano. Destaca-se que o pagamento feito pelo poluidor não lhe concede o direito de poluir novamente; Princípio da informação: ressalta o direito a informação e divulgação de tais informações relacionada ao meio ambiente. Visto pelas empresas como princípios positivos, quando proporcionam boa imagem perante o público e usuários,

ou negativa, como a poluição sonora que traz imagem repulsiva as empresas e ainda se sujeita a multas e indenizações. (CARVALHO, 2009, p. 28)

O objetivo dos princípios ambientais é viabilizar que o conhecimento do direito seja cumprido de forma autônoma, além de normatizar as diversas atividades que abrangem o meio ambiente, de forma a protegê-lo, preservá-lo, e/ou recuperar a qualidade ambiental.

2.3 ABORDAGENS AMBIENTAIS RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE

Há uma expressiva maioria de empresas que são vistas pelo mercado como sinônimos de crescimento, no entanto, essas empresas são as maiores responsáveis pelos impactos ambientais surgidos nos últimos anos. Impactos que são provocados, conseqüentemente, pelo seu processo produtivo, portanto, são causados pelo uso de matéria prima absorvidos, produzidos, ou bruscamente jogados à natureza, proporcionando danos irreversíveis ao meio ambiente.

A ferramenta necessária para a comunicação entre as organizações é a ciência contábil que, além de ser obrigatória, é o meio pelo qual as entidades podem apresentar seus dados relacionados ao patrimônio em geral, além de informar sua posição econômico-financeira durante determinado(s) exercício(s). Muitas dessas empresas, no período de desenvolvimento de suas atividades, acabam provocando impactos ambientais de forma negativa.

No entanto, para que as entidades possam se instalar em determinado local e desenvolver atividades impactantes à natureza, é indispensável a posse do documento de Licença Ambiental, que presa pela conciliação das atividades da empresa e a manutenção da sustentabilidade. Teoricamente, as empresas mantêm uma relação social, econômica e, principalmente, uma socialização com meio ambiente que se manifesta por meio de relatórios, no entanto, efetivamente, não há percepção e captação positiva em relação a esta interação. (CARVALHO, 2009)

Atualmente, não há o que as empresas questionarem quando o assunto é conscientização do mercado, todos estão devidamente atualizados e lúcidos no que diz respeito a questões ambientais, o que faz com que as organizações que insistem em tratar o assunto de forma indiferente e que mesmo assim elaboram os relatórios ambientais coloquem-se em situação vulnerável juridicamente com órgãos de proteção ambiental e com o fisco, e desvantagem frente a clientes e investidores informados.

Para as empresas que acompanham o mercado e que assumem sua responsabilidade ambiental de forma positiva, a contabilidade é o principal meio de tornar visível esta relação. Dessa forma, torna-se segura a relação com os órgãos de proteção e fiscalização ambiental, ampliando as possibilidades de incentivos fiscais. Em se tratando de sociedade, a repercussão é positiva, devido à posição da empresa em relação ao meio ambiente, o que trás como consequência uma maior chance de captação de investidores e uma maior absorção de novos clientes.

Atualmente, são ofertados subsídios de incentivo às empresas que adotam políticas de responsabilidade ambiental. O instrumento de subsídio de ações de precaução denominado (EIA), é uma ferramenta de planejamento de ações ambientais de modo a avaliar o meio ambiente anteriormente à instalação do empreendimento, logo fornece informações para que os gestores avaliem a viabilidade da instalação do negócio, e para a elaboração do relatório de impacto

ambiental (Rima), que descreve as vantagens e desvantagens ambientais da instalação do projeto, descritas de forma menos técnica. (CARVALHO, 2009)

Assim que as empresas fazem uso dos relatórios EIA e Rima para se instalar, declaram-se fatos contábeis diretamente ligados aos impactos ambientais como as consequências causadas por uma obra e os procedimentos de contenção dos impactos que serão realizadas caso a empresa venha a se instalar e funcionar. Então, os relatórios EIA e Rima são necessários para que as organizações que desejam instalar seus empreendimentos na natureza causando danos possam adquirir a licença ambiental além de poder descrever fatos que possivelmente venham a ocorrer com a empresa e que conseqüentemente alterem o patrimônio.

2.4 GESTÃO AMBIENTAL

A expressão “gestão” significa a ação de gerir, administrar ou dirigir negócios públicos ou privados. Ultimamente, as questões ambientais vêm tomando maiores proporções, as pessoas tornaram-se mais conscientes acerca das ideias de preservação e conservação ambiental nas entidades como sendo medidas necessárias. Diante do exposto, as empresas vêm se preparando para melhor gerir os recursos naturais, de maneira que não sofram nenhum impacto ambiental negativo.

Desse modo, um número significativo de entidades implantou um sistema de gestão ambiental, com instruções equivalentes ao ponto de vista de comunidades ambientalistas e instituições internacionais que objetivam promover o desenvolvimento sustentável. As diretrizes presentes no sistema de gestão ambiental são normativas que objetivam reduzir os poluentes, fazer uso de recursos renováveis e reduzir os riscos a saúde da comunidade e dos colaboradores da entidade. Os Sócios e componentes da diretoria das entidades sustentam o acordo de aplicar os princípios da gestão organizacional.

Braga (2007) relata que de acordo com o que foi estabelecido na Agenda 21, as empresas obrigatoriamente se responsabilizam e incorporam a temática de desenvolvimento sustentável durante sua gestão. O desenvolvimento de uma gestão ambiental pelas entidades como um instrumento estratégico de gestão, torna-a entidade mais competitiva com relação a outras organizações independente de seu seguimento. A gestão de recursos ambientais definidos por cada entidade deve ser delimitada posteriormente à definição do objetivo para adoção de tal gestão.

2.5 EVIDENCIAÇÃO DE FATOS CONTÁBEIS AMBIENTAIS

Assim que uma empresa se compromete com a preservação, conservação, proteção e controle com o meio ambiente e que ela adota políticas ambientais, conseqüentemente, vem a necessidade de divulgação de investimentos realizados, bem como dos gastos efetuados pela entidade durante o exercício social. A ciência contábil usa demonstrativos como métodos básicos e consideráveis para a validação de fatos que estejam diretamente relacionados com a entidade, e com o meio ambiente.

Carvalho (2009) expõe que os instrumentos adotados pela contabilidade que viabilizam informações de fatos ambientais e que são denominados Demonstrativos contábeis são eles: Balanço Patrimonial; Balanço Social; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração do Valor Adicionado; Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração de Lucros e prejuízos acumulados. Além dos demonstrativos citados, são instrumentos contábeis de evidenciação ambiental as Notas explicativas e os relatórios internos da empresa.

Os demonstrativos fazem parte da rotina comum do andamento de uma entidade. As notas explicativas, assim como as demonstrações contábeis, são objetos de evidenciação de fatos contábeis relacionados ao meio ambiente, assim, podendo também ser utilizadas como instrumento para esclarecer medidas de mensuração usadas, “principalmente quando em decorrência de sua natureza esses fatos não puderem ser mensurados”. (CARVALHO, 2009, p.115).

Os Relatórios Contábeis são considerados o meio de comunicação mais utilizado pelas entidades para com seus usuários, devido seu fácil entendimento pela sociedade. A dificuldade é que muitas empresas deixam de evidenciar os fatos ambientais em seus relatórios contábeis fazendo com que assim as questões ambientais deixem de existir. Dessa forma algumas relatam projetos de gestão ambiental, no entanto não evidenciam as informações no demonstrativo contábeis (CARVALHO, 2009). A indicação das Nações Unidas é que os registros de fatos ambientais sejam feitos pela contabilidade de forma separada e dessa forma considerando tais fatos um funcionamento separado da entidade.

2.5 RECONHECIMENTO E REGISTRO DOS FATOS AMBIENTAIS

O reconhecimento do registro dos fatos ambientais ocorre baseando-se no princípio da oportunidade. A Resolução n. 750/93 atualizada e consolidada pela resolução n. 1282/10 do Conselho Federal de Contabilidade, em seu artigo 6º, assim considera o Princípio da Oportunidade.

Art. 6º - O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (CFC, 2010)

Esse princípio exige que os registros das variações que alterem o patrimônio sejam reconhecidos no momento em que ocorrem. O registro e reconhecimento devem se feitos quando os bens e/ou serviços que tenham objetivo de gerar receita forem gastos. Os gastos com o intuito de prevenção são reconhecidos como custos ou despesas, de acordo com sua relação com a produção ou administração na entidade. Gastos oriundos da atividade produtiva da empresa, associados à preservação e recuperação ambiental são reconhecidos pela contabilidade de forma legal, de acordo com seu acontecimento. Gastos ligados ao processo de recuperação de áreas degradadas pela atividade produtiva das entidades são reconhecidos no momento em os gastos com a recuperação ocorrerem durante o exercício atual.

A escassez de registros de fatos contábeis ambientais pode acarretar para as entidades alguns prejuízos aos acionistas, em virtude da falta de informações sobre a situação patrimonial da empresa. Considera-se que quando uma entidade apresenta suas informações contábeis separadamente das demais contas do balanço patrimonial, proporciona clareza e objetividade acerca de sua relação com o meio ambiente o que conseqüentemente gera transparência em seus dados contábeis. (CARVALHO, 2009). O registro e evidenciação contábil ambiental são os meios pelos quais se fazem cumprir o compromisso de uma entidade para com seus usuários e auxiliar no processo de tomada de decisão. Através da evidenciação de informações ambientais é que as organizações se posicionam positivamente, diante de questões a respeito do meio ambiente, proporcionado certamente como finalidade vantagens com o mercado que procura acompanhar e consumir em

entidades que se responsabilizam de forma ética e com respeito com meio ambiente.

3 MATERIAL E MÉTODO

A metodologia adotada neste artigo no que se refere aos seus objetivos caracteriza-se como descritiva. Neste tipo de pesquisa, segundo Gil (2002, p. 41), “uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática”. Em referência aos procedimentos técnicos de pesquisa, a metodologia utilizada foi a análise documental. Nesse contexto, foram analisados os relatórios financeiros do período de 2012 a 2014 da empresa estudada, extraídos do site da (BM&BOVESPA), de páginas eletrônicas da empresa, além de informações inerentes à pesquisa, divulgadas na internet.

Como o objetivo é verificar as atividades ambientais divulgadas pela empresa nesses três períodos analisados, a coleta de dados foi feita através da identificação de informes ambientais, fornecidos pela empresa, bem como a repetição de expressões ambientais em todos os relatórios analisados. Assim, quanto à abordagem, a tipologia adotada caracteriza-se como sendo qualitativa.

O estudo integra especificamente uma das empresas que compõe a lista do ranking de empresas sustentáveis do Brasil no “Guia Exame de Sustentabilidade” divulgados em 2015, sendo objeto de estudo desta pesquisa a empresa AES Eletropaulo, pertencente ao grupo AES Brasil. A escolha foi fundamentada em uma pesquisa realizada na relação de empresas do setor de distribuição de energia elétrica, que têm suas ações negociadas no mercado brasileiro de ações (BM&FBOVESPA), justificada pela presunção de que há uma maior possibilidade de divulgação de dados ambientais por parte da empresa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. AES ELETROPAULO

A organização Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. é a maior companhia de distribuição de energia elétrica do Brasil, foi criada em 1997 na cidade de São Paulo, é empresa membro do grupo AES Brasil, sendo uma companhia de capital aberto, e de direito privado, que apresenta como missão, proporcionar bem-estar e desenvolvimento por meio do fornecimento estável, sustentável e garantido de energia elétrica. A empresa concentra mais de 6,7 milhões de unidades consumidoras, sua rede de colaboradores chega a somar mais 14.950 pessoas, atende mais de 24 municípios na região metropolitana do estado de São Paulo, incluindo a capital, possui 152 subestações, seu capital social chega a R\$ 1,26 bilhões e é um dos maiores centros econômico-financeiros do Brasil.

4.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

As demonstrações financeiras, também conhecidas como relatórios financeiros, são o principal meio de transmissão de informações entre as empresas e a sociedade, fornecendo dados sobre a empresa e tornando possível uma avaliação sobre ela. Assim, a empresa demanda por uma divulgação de sua relação com o meio ambiente de forma clara e objetiva, tornando a contabilidade através de seus relatórios, o principal meio de divulgação dessas informações.

Classificando os elementos ambientais divulgados nos balanços patrimoniais (BP) de 2012 a 2014 da empresa em questão, e correlacionando-os com os respectivos totais, constatou-se uma oscilação em dados percentuais. Dessa forma, é possível avaliar a divulgação da porcentagem aplicada, provisionada, e as despesas com meio ambiente em relação aos totais das contas patrimoniais de ativos e passivos. Os percentuais identificados estão elencados no quadro seguinte:

Quadro 01: Variação em Dados Percentuais dos elementos ambientais publicados pela AES Eletropaulo entre os anos de 2012 a 2014

ELEMENTOS AMBIENTAIS	2014	2013	2012
Ativo ambiental relacionado ao total do ativo, dado em porcentagem (%).	0,72%	0,74%	0,76%
Passivo ambiental relacionado ao total do passivo, dado em porcentagem (%).	8,71%	10,18%	10,47%

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados oriundos da AES ELETROPAULO

Conforme se observa no quadro anterior, é possível perceber que, durante os três anos, a AES Eletropaulo calculou seu maior percentual em ativos ambientais no período de 2012, com um investimento de 0,76% em relação ao seu ativo total. No entanto, a diferença dos anos seguintes é de um total de 0,02%. Referindo-se aos Passivos Ambientais, no mesmo ano de 2012, a empresa incorre em gastos com passivos ambientais de 10,47% em relação ao seu passivo total, de forma que, em 2013, os gastos percentuais foram diminuindo até atingirem 8,71%, em 2014.

A contabilização de obrigações ambientais no balanço patrimonial deve ocorrer a partir da apuração da sua existência, caso contrário, sua lucratividade poderá ser afetada. No entanto, analisando as demonstrações de resultados dos períodos estudados, constatou-se que foram evidenciados consecutivamente em 2012, 2013 e 2014 somente custos ambientais. Considera-se que a pouca evidenciação de elementos ambientais nas demonstrações analisadas é consequência da falta de obrigatoriedade em evidenciar itens ambientais tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado de exercício. O hábito de usar elementos ambientais nesses relatórios é uma colaboração da contabilidade, para o processo de preservação, conservação e proteção do meio ambiente.

Pode-se evidenciar, porém que a empresa destina, anualmente, valores para ações de meio ambiente, como treinamentos, melhoria na gestão ambiental de processos, novas tecnologias, licenciamentos e compensações ambientais, investigação de potenciais passivos e remediações ambientais e auditorias ambientais junto aos fornecedores. Conforme se pode observar no quadro abaixo.

Quadro 02: Valores Investidos em ações de meio ambiente publicado pela AES Eletropaulo entre os anos de 2012 a 2014.

INVESTIMENTO AMBIENTAL	2014	2013	2012
Valor investido	R\$ 96,2 milhões	R\$ 85,7 milhões	R\$ 57,1 milhões

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados oriundos da AES ELETROPAULO

Pode-se notar pelo quadro 2 que a empresa traz, em seus demonstrativos financeiros, o valor gasto para as ações de prevenção, correção, contenção e controle de impactos ambientais, oferece uma sistemática de melhoria contínua por meio do desenvolvimento de objetivos, metas e programas de gestão, padronizando, assim, os processos e as atividades da Companhia, especialmente, as que oferecem maiores riscos ao meio ambiente, de acordo com as premissas do seu

planejamento estratégico sustentável. Ficando claro que a entidade implantou um sistema de gestão ambiental, com instruções equivalentes ao ponto de vista de comunidades ambientalistas e instituições internacionais que objetivam promover o desenvolvimento sustentável.

Pode-se chamar a atenção ao fato de que houve um maior percentual de investimento em 2013, pois sua relação com 2012 traz um aumento de aproximadamente 30%. E pode-se inferir dos relatórios estudados que a AES Eletropaulo possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) com foco na prevenção, mitigação e controle de impactos ambientais decorrentes de suas operações. Para alcançar os melhores resultados, a empresa estabelece metas por meio do SGA e investe na padronização e melhoria de processos operacionais das atividades que oferecem maiores riscos ao meio ambiente (AES ELETROPAULO, 2014, p.83). Podem-se observar também nos relatórios estudados informações relativas aos custos com pesquisa e desenvolvimento (P&D), ou custos para planejar impactos ambientais de produtos em seus relatórios de sustentabilidade.

Quadro 03: Custos com pesquisa e desenvolvimento (P&D), Planejamento de impactos ambientais de produtos em seus relatórios de sustentabilidade publicado pela AES Eletropaulo entre os anos de 2012 á 2014

CUSTO COM P&D	2014	2013	2012
Valor Investido	R\$ 23,3 milhões	R\$ 23 milhões	R\$ 22,8 milhões

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados oriundos da AES ELETROPAULO

No exercício de 2014, por consequência de um bom resultado em pesquisa e desenvolvimento (P&D), a empresa faz menção por nota explicativa, em seu relatório de sustentabilidade, à adoção de um subprograma de pesquisa e revitalização de equipamentos que são retirados da rede de distribuição de energia elétrica. O objetivo é reutilizar essas ferramentas, por meio do processo de reciclagem. Em 2014, o resultado da adoção desse subprograma, aferiu o retorno de 29,7 toneladas de ferragens e isoladores à rede elétrica, permitindo o reaproveitamento de 60 % dos resíduos gerenciáveis. (AES ELETROPAULO, 2014). E em relação com os custos correspondentes a danos ambientais tem-se o quadro a seguir.

Quadro 04: Custo com recuperação de contaminação do solo e danos ao meio ambiente em seus relatórios de sustentabilidade publicados pela AES Eletropaulo entre os anos de 2012 a 2014.

CUSTO COM RECUPRAÇÃO	2014	2013	2012
Valor Investido	R\$ 21,019	R\$ 13.776	R\$ 11.256

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados oriundos da AES ELETROPAULO

Pode-se notar que os gastos com recuperação aos danos são bem menores que os gastos com pesquisa e com investimento em melhoria das ações de sustentabilidade. Em relação aos custos com indenizações, compensação ambiental, multas e processos judiciais em seus relatórios de sustentabilidade publicados pela AES Eletropaulo entre os anos de 2012 a 2014, os valores conforme os dizeres da própria empresa não são números significativos e, portanto, não analisados nestes relatórios.

CONCLUSÃO

Pode-se notar, durante a pesquisa, que a contabilidade da gestão ambiental tem seu papel reconhecido e apontado como de grande importância para as empresas nos dias de hoje, principalmente, quando se avalia a gestão ambiental de tais empresas. O que faz com que essa nova vertente da contabilidade tenha exigências tanto externas (legais e de mercado) como internas, pela necessidade de se adotar políticas de gestão ambiental, voltadas para a sustentabilidade.

Portanto, a aplicação eficiente deste tipo de contabilidade traz valiosas oportunidades para as empresas, principalmente ao se visualizar os benefícios que a instituição pode obter ao se colocar positivamente em sua exposição perante a opinião pública. Somado a isso à redução de custos indenizatórios e de produção ao se aliviar os efeitos nocivos de seus produtos e processos produtivos no meio ambiente.

Quanto à empresa estudada, pôde-se perceber que, mesmo com a pouca evidência de elementos ambientais nas demonstrações analisadas, há o investimento claro em ações de meio ambiente, como treinamentos, melhoria na gestão ambiental de processos, novas tecnologias, licenciamentos e compensações ambientais, investigação de potenciais passivos e remediações ambientais e auditorias ambientais junto aos fornecedores, além de pesquisa e desenvolvimento (P&D), e planejamento de impactos ambientais de seus produtos. O que demonstra seu envolvimento com a sustentabilidade e o uso da Contabilidade Ambiental.

Para um melhor aprofundamento do tema, deixa-se aberto a oportunidade de novos estudos no que se trata da sustentabilidade ambiental e a Contabilidade Ambiental, pois este estudo apenas tocou a superfície do tema, que é considerado relativamente novo e ainda cheio de novas vertentes e quesitos a serem abordados.

REFERÊNCIAS

AES ELETROPAULO. **Relatório da Administração 2013**. Disponível em <http://www.anefac.com.br/Uploads/Arquivos/DFS/DFS_2014/DFS-AES_eletropaulo-2013.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2012**. Disponível em <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#>>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

AES ELETROPAULO. **Relatório de Sustentabilidade 2014**. Disponível em <http://projetos.riccari.com.br/clientes/aes/public/downloads/aes_eletropaulo-pt.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.

BITENCOURTT, Anela Fernandes Bristot. **Análise dos custos e despesas ambientais realizados na recuperação de áreas degradadas por uma empresa carbonífera**. Criciúma: Jun. 2010. Disponível em <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000044/0000442E.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016

BRAGA, Célia. **Contabilidade Ambiental: Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas 2007.

BRASIL. LEI N. 6938, 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 7 set. 2015

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. **A importância da Gestão dos Custos**. Disponível em:

<http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_1er.php?Canal=4&canallocal=4&canalsub2=10&id=224&pagina=3>. Acesso em: 4 set. 2015.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental: teoria e prática**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Princípios Fundamentais de Contabilidade**. Resolução CFC N. 750/93. Apêndice sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Resolução CFC N. 774/94.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o Desenvolvimento Sustentável**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.